



ANS



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

AOFA



AP

O DÉFICE DE DIREITOS DOS MILITARES NO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2021

O Orçamento aprovado para 2021 prevê entre outros, o aumento das pensões, aumento do subsídio de desemprego, nova prestação social de apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores, subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia, com o objetivo da responsabilização social do Estado e do aumento do consumo interno. Uma leitura assim realizada e apressada pela necessidade de validar “a coisa” e dar loas à governação que o aprovou, poderia dar a ideia de que quem trabalha, quem está desempregado, quem serve o Estado, não foi esquecido pelo Orçamento do Estado para 2021. Poderia, mas essa “visão da bondade das medidas do governo” não corresponde à verdade orçamental. A verdade é outra.

Não corresponde à verdade porque este Orçamento dá continuidade a uma política que não valoriza quem trabalha e a trabalhar serve o Estado. Bom exemplo dessa desvalorização são os Militares, em especial os Oficiais Subalternos, os Oficiais Superiores, os Sargentos e as Praças, (incluindo os voluntários e contratados das diversas categorias) que, sendo cada vez menos, são cada vez mais fonte de um cada vez maior uso e abuso.

Sem aumentos há mais de dez anos, com a exceção da base da tabela remuneratória por via do aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), para não ser mais drástico, porque efetivamente esse tempo remonta a 2005, sem promoções a tempo e horas, sem retroativos pagos à data da promoção, sem respeito pelo desempenho funcional, estão sujeitos a esquemas e manobras para não verem respeitados os seus direitos mais básicos e mais atinentes à tão falada ética Militar, que só serve para encher discursos aquando da receção das ministeriais medalhas. Tudo isto com o conhecimento e anuência do Comandante Supremo das Forças Armadas que não perde a ocasião de não promover aumentos para os militares, lembrando ao mesmo tempo, em manobras de promoção pessoal, que estes são devidos e justos.

Recordamos que as APM lançaram, no início de novembro, uma Petição Pública para levar à Assembleia da República a necessidade da “*Revisão e Alteração do Sistema Remuneratório dos Militares das Forças Armadas*”, que se encontra acessível para ser assinada através do link: <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT103700>

Quando temos de recordar constantemente que os militares têm direitos, merecem ser aumentados e verem as suas carreiras e trabalho valorizado e, por exemplo, poderem também eles receber subsídios de risco a propósito da sua múltipla envolvência no combate à pandemia COVID 19, porque os militares têm sido uma prioridade a usar no combate à mesma, temos de concluir que além do défice que o orçamento para 2021 aponta, também nele está consagrado o défice de direitos dos militares.

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE MILITARES



ANS

É assim bem claro que este orçamento é mais amigo do material militar que do pessoal. Esquece o factor humano, o mais importante ativo de qualquer instituição. É esta a tendência dos orçamentos militares em Portugal desde o Ministro da Defesa Fernando Nogueira, de muito má memória, passando por Aguiar-Branco, o maior destruidor, até à presente data, das Forças Armadas e da Condição Militar e terminando no atual Ministro, que preserva o período das trevas traçado pela cartilha saudosista implantada no período de 2011 a 2015.

Por mais boas intenções demonstradas, por mais discursos e promessas feitas, por mais que os Chefes discorram a afirmar que se opuseram e que não têm margem de manobra, logo voltam ao redil das mordomias, sem conseguir valorizar a condição militar e sem aumentos efetivos dos salários e sem o reconhecimento, a quem de direito, em tempo de pandemia e fora dela, do devido pagamento de subsídios de risco, o défice de reconhecimento da valia dos militares vai continuar.

Este comportamento sublinha cada vez mais o propósito da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, que não serve mais do que camuflar a plenipotenciária ministerial Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, de consolidar a desvalorização dos militares.

Por fim, a quem achou por bem, porque foi bem e justo, o aumento proporcionado a algumas carreiras especiais, cabe recordar que esses são servidores do Estado, mas que têm capacidade de representação coletiva para diálogo social... Os Militares não esquecem as promessas feitas e não vão perdoar que o orçamento de 2021 não reconhece a promessa feita dos lados de Belém ... palavras sem verdade.

É a todos os Militares e seus familiares e amigos que compete realizar o caminho de valorizar a condição militar, sendo certo que sem os instrumentos que assiste aos outros servidores do Estado, este será um objetivo mais difícil de atingir. Mas, os Militares, apoiados nas suas associações socioprofissionais, saberão encontrar os caminhos para demonstrar o seu mal-estar e lutar por ter os meios necessários para a resolução dos problemas com que se confrontam!

As APM cá estão, como sempre estiveram, do lado certo da barricada, a fazer o que lhes pertence.

Lisboa, 14 de dezembro de 2020

As Direcções das APM

ANS - Associação Nacional de Sargentos

AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas

AP - Associação de Praças

ANS - Associação Nacional de Sargentos - R. Barão de Sabrosa, 57, 2º, 1900-088 Lisboa • Tel: 218 154 966 • Tlm 938 850 481 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas – Avenida Bulhão Pato, 7, 1º, 2825-846 Trafaria • Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-mail: geral@aofa.pt

AP - Associação de Praças - Rua Varela Silva, Lote 12, Loja B, 1750-403 Lisboa • Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-mail: geral@apracas.pt